

Impunidade saudita

por [Serge Halimi](#)

As liberdades fundamentais não são mais bem respeitadas na Arábia Saudita do que no Irão. Será, portanto, ao estatuto de principal exportadora de petróleo e de aliada dos Estados Unidos que a monarquia wahhabita deve o facto de ser milagrosamente poupada pela «comunidade internacional»? Seja como for, a Arábia Saudita pode intervir no Bahrein e aí esmagar um protesto democrático, pode executar setenta e seis pessoas em 2011 (entre as quais uma mulher acusada de «bruxaria»), pode ameaçar com o mesmo castigo um bloguista que publicou na sua conta no Twitter um diálogo imaginário com o Profeta, pode condenar ladrões à amputação ou sentenciar acusações de roubo, sodomia, adultério, homossexualidade, tráfico de droga e apostasia, passíveis da pena capital, sem que, com excepção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ninguém, ou quase ninguém, pareça preocupar-se. Nem o Conselho de Segurança da ONU, nem o G20 – de que a Arábia Saudita é membro –, nem o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja directora-geral saudou recentemente o «importante papel» desempenhado por Riade na estabilização da economia mundial.

A mesma monarquia insiste em proibir as mulheres – que já não podem deslocar-se de carro sem marido ou motorista – de participar nos Jogos Olímpicos? Esta violação de pelo menos dois artigos da carta desportiva [1] também não suscita muita perturbação. Se o Irão fosse culpado de um apartheid sexual como este, já teria sido lançada uma campanha internacional de protesto. O permanente tratamento de favor de que beneficia a dinastia wahhabita teve agora uma nova ilustração com as declarações do primeiro-ministro tunisino. Hamadi Jebali elogiou os seus anfitriões sauditas durante uma das primeiras visitas oficiais que fez ao estrangeiro. Ora, Riade, que apoiou até ao fim o clã Ben Ali, recusa extraditar o ditador deposto e serve de refúgio à sua mal adquirida fortuna. Além disso, o dinheiro dos países do golfo Pérsico encoraja as provocações dos salafitas tunisinos e financia canais de televisão que propagam no país uma leitura medieval do islão.

Em Janeiro de 2008, o presidente francês Nicolas Sarkozy afirmava que, «sob o impulso de sua majestade o rei Abdallah», a Arábia Saudita estava a desenvolver uma «política de civilização». Passados quatro anos, este país onde reina a corrupção tornou-se, sobretudo, a ponta-de-lança do sunismo ultraconservador no mundo árabe. Os gerontes de Riade, que

identificam os protestos da juventude saudita como uma «*nova forma de terrorismo*», só se preocupam com o direito dos povos para o opor aos regimes dos seus rivais regionais, «*radicais*» ou xiitas. O reino julga, sem dúvida, que está protegido das tempestades populares pela dispersão social de uma parte dos rendimentos petrolíferos, pelo desprezo que a maioria sunita tem pelos 10 a 20% de xiitas que barafustam no Leste do país e, por fim, pelo medo do Irão. A indulgência internacional de que beneficia a monarquia saudita fornece-lhe mais um escudo de protecção.

quinta-feira 8 de Março de 2012

Notas

[1] O artigo 4 da Carta Olímpica estabelece que «*todos os indivíduos têm de ter a possibilidade de praticar desporto, sem qualquer tipo de discriminação*». O artigo 6 esclarece que «*qualquer forma de discriminação em relação a um país ou pessoa por motivos de raça, religião, política, género ou outra é incompatível com a pertença ao movimento olímpico*».